

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2019

Inclui o §19 no art. 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária relativa a manutenção e desenvolvimento do ensino.

**Autores:** Deputada FERNANDA MELCHIONNA e outros

**Relator:** Deputado ORLANDO SILVA

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda Constitucional, cuja primeira signatária é a Deputada Fernanda Melchionna, que objetiva incluir novo parágrafo ao art. 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária relativa à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em sua Justificativa, a ilustre deputada nos diz que:

*Deve-se atentar que não se trata de alterar os valores mínimos instituídos constitucionalmente pelo art. 212, original da CRFB/88, e pela nefasta previsão do Novo Regime Fiscal, mas de determinar a execução orçamentária, indo de encontro à política educacional do Governo Bolsonaro.*

*Sob a alegação infundada de que as Universidades fazem balbúrdia, entre outros argumentos ainda piores, foi anunciado o contingenciamento de 30% da verba para a UnB, UFF e UFBA. Ao ser alertado que tal ato administrativo com motivo ilegal e inconstitucional poderia levá-lo ao banco dos réus em razão de crime de responsabilidade, o Ministro acabou por estender a todo o Ensino*



*Superior sua política de aniquilação do ensino, pesquisa e extensão de nosso país.*

*Cabe lembrar que 95% da pesquisa realizada no Brasil é dentro da Universidades. O estudo “Pesquisa no Brasil - Um relatório para a CAPES”, realizado pela empresa norte-americana Clarivate Analytics, aponta que a produção científica brasileira é feita quase exclusivamente dentro das instituições públicas de ensino. “A predominância absoluta das universidades públicas na produção de Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil deveria implicar em maior investimento no setor e não no corte de orçamento, que é o que vem fazendo os últimos governos. É também um dos fatores ligados ao custo das instituições públicas que procuram manter o tripé ensino, pesquisa e extensão”, afirma Eptácio Macário do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).*

*A informação oficial do governo é que os cortes no Ensino Superior seriam para investir melhor na educação básica. Ocorre que o levantamento publicado pelo jornal Estado de São Paulo, com informações da ANDIFES, demonstrou que os cortes na educação vão do Ensino Superior ao Ensino Básico.*

Protocolada aos 13 de junho de 2019, a PEC em apreço, após ter suas assinaturas conferidas pela Secretaria Geral da Mesa, veio a esta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania para ter, nos termos do art. 202 do nosso Regimento Interno, sua admissibilidade analisada.

É o Relatório

## II - VOTO DO RELATOR

Conforme já foi dito anteriormente, nos termos do art. 201 e seguintes do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania exclusivamente a análise da admissibilidade, o que significa dizer que nossa análise vincular-se-á exclusivamente sobre a verificação se algo no texto da



proposta ofende o disposto no artigo 60 da Constituição Federal, ou seja, se as circunstâncias permitem a alteração de nossa Carta Constitucional e se as cláusulas pétreas foram devidamente respeitadas.

Assim sendo, vejamos:

Examinados os termos em que a presente Proposta de Emenda à Constituição n. 96, de 2019, foi apresentada, podemos dizer que:

No que concerne a sua iniciativa, a proposição foi legitimamente apresentada por Deputada Federal, tendo coligido o número necessário de apoios, conforme atesta certidão da Secretaria Geral da Mesa acostada aos autos aos 17 de junho de 2019. Tudo nos termos do art. 60, I da Constituição Federal e do art. 201, I do Regimento Interno desta Casa.

No que concerne aos limites materiais explícitos ao Poder Constituinte derivado, que delimitam o núcleo imodificável da ordem constitucional vigente, constatamos que foram respeitadas as cláusulas pétreas estabelecidas no art. 60, § 4º da Constituição Federal.

Com efeito, nada vejo no texto da PEC que ofenda a forma federativa de Estado. São mantidas as linhas que definem a autonomia dos entes federados. As alterações respeitam aquela que é a declaração essencial apontada no artigo 166 da Constituição.

Nada ofende a separação de Poderes, intocado o artigo 2º do texto constitucional. Além de intocada, a separação é, a meu ver, aperfeiçoada.

Por fim, nada no texto atinge o voto direto, secreto, universal e periódico ou direitos garantias individuais.

No que tange aos limites circunstanciais ao Poder Constituinte derivado, não estão em vigor nenhuma das hipóteses enumeradas no § 1º do art. 60 da Constituição Federal, a saber: intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

Não há, por conseguinte, qualquer vício de inconstitucionalidade formal ou material na proposta, bem como foram atendidos os pressupostos constitucionais e regimentais para sua apresentação e apreciação.

Há, porém, um único senão na proposição, e diz respeito à sua técnica legislativa. Quando de sua apresentação, não existia um § 19 no art. 166 da Constituição

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218074922400>



Federal. Hoje, no então, depois do advento de diversas emendas constitucionais, principalmente a Emenda constitucional nº 100, citado artigo contém 20 parágrafos. Assim sendo, faz-se mister corrigir a numeração da proposta, alterando-o para o número 21, razão de ser das emendas que seguem em anexo.

Creio ser importante lembrar que não se aplica ao caso o previsto no § 3º do art. 202, do Regimento Interno, uma vez que a vedação de se emendar as PECs, lá consignada, diz respeito ao conteúdo das PECs, e não a mera atualização numérica dos artigos, ou seja, técnica legislativa, matéria afeita a nossa comissão e à análise da proposição nesta fase.

Destarte, meu voto é pela **admissibilidade** da PEC nº 96, de 2019, com a Emenda de redação que segue anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

Deputado ORLANDO SILVA  
Relator

2021-9315



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218074922400>



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2019**

Inclui o §19 no art. 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária relativa a manutenção e desenvolvimento do ensino.

**EMENDA Nº 1**

Dê-se a Ementa da Proposta de Emenda à Constituição de nº 96, de 2019, a seguinte redação:

Inclui o §21 no art. 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária relativa a manutenção e desenvolvimento do ensino

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

Deputado ORLANDO SILVA  
Relator



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Orlando Silva  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218074922400>



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2019**

Inclui o §19 no art. 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária relativa a manutenção e desenvolvimento do ensino.

**EMENDA Nº 2**

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2019, a seguinte redação:

Art. 1º Inclui o §21 no art. 166 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

“Art. 166. ....

§21 – é obrigatória a execução da programação orçamentária e financeira das programações relativas à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;”

Sala da Comissão, em        de        de 2021.

Deputado ORLANDO SILVA  
Relator

